

Exm^{as} Senhores,

Em anexo, envio parecer da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Maria Fragata
USDL/Serviços Administrativos

APRECIÇÃO PÚBLICA

Diploma

Projecto de Lei nº 804/XIII

União dos Sindicatos do Distrito de Leiria _____

Morada ou Sede

Rua S. Francisco, Bloco 1, 2º Piso, E-12, Terraços do Marachão

Local Leiria _____

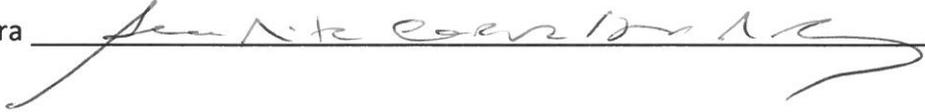
Código Postal 2400-232 LEIRIA _____

Endereço Electrónico uniaoleiria@usdl.pt _____

Contributo:

Parecer que se anexa (2 página)

Data: Leiria, 14 de Junho de 2018

Assinatura 



UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE LEIRIA

Rua S. FRANCISCO BLOCO 1- 2ª PISO E-12 TERRAÇOS DO MARACHÃO 2400-232 LEIRIA telef 244825756 FAX 244812276
Telem: 913580789/914921864 e-mail: uniaoleiria@usdl.pt

Projecto de Lei nº 804/XIII Reforça o apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência (PCP)

(Separata nº 92, DAR, de 22 de Maio de 2018)

APRECIÇÃO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE LEIRIA

Este projecto visa estabelecer medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência.

A União dos Sindicatos do Distrito de Leiria identifica-se com o propósito do diploma de estabelecer estas medidas de apoio sem desresponsabilizar o Estado, o que exige, numa primeira linha, o reforço da rede formal. O país enfrenta problemas relacionados com o envelhecimento da população - na medida em que surge associado à dependência, ainda que esta seja transversal a todos os grupos de idade – e com uma elevada incidência de doenças crónicas e de incapacidades.

Não obstante, as respostas públicas ou não têm um desenvolvimento adequado ou têm sido enfraquecidas, dentro de uma lógica de privatização de respostas sociais transferindo-as para os indivíduos e a família. O peso dos estabelecimentos de acção social do Estado (os chamados estabelecimentos integrados) é, hoje, residual: em 2009, era de apenas 5,8% da despesa; em 2016, de 1,9%. A acção social é, hoje, exercida quase só por via de IPSS, tendo a despesa com os protocolos na despesa total passado de 71,9%, em 2009, para 80%, em 2016.

Por sua vez, a Rede de Serviços e de Equipamentos Sociais (Rede) é insuficiente. A Carta Social, um instrumento importante de recenseamento e de análise destes serviços e equipamentos e das respostas por população-alvo, mostra insuficiências e fragilidades. Em termos globais, e tendo como referência a publicação relativa a 2016, revela o reforço do sector lucrativo, particularmente acentuado na Área Metropolitana de Lisboa (onde os equipamentos das entidades lucrativas pesam mais do dobro das não-lucrativas). Em termos das pessoas-idasas, mostra défices de cobertura das respostas sociais totais (lucrativas e não-lucrativas) mais acentuadas na Área Metropolitana de Lisboa, na Área Metropolitana do Porto e na região algarvia. Todavia, a Carta Social não discrimina a informação da taxa de cobertura segundo a natureza jurídica (lucrativa e não-lucrativa), nem revela dados sobre os preços cobrados nas entidades lucrativas e não lucrativas.

A situação actual tem consequências pesadas nos elevados encargos financeiros sobre os indivíduos e as famílias. Tem também consequências ao nível da prestação de cuidados informais que tendem a recair, em muitas situações, sobre o cônjuge sobrevivente, os familiares e os vizinhos, sendo, em geral, as mulheres mais envolvidas.

Não se nega a realidade dos cuidadores informais – só que não se pode aceitar a desresponsabilização do Estado. Nem negar limites objectivos relacionados com a natureza

incapacitadora das dependências e da sua evolução, os quais exigem um nível de preparação que a prestação de cuidados informais não assegura.

O Projecto de Lei nº 804/XIII (PCP) não vai nesta linha, na medida em que propõe que o Governo desenvolva uma rede de apoio aos cuidadores informais com base nos serviços públicos, mas traça as respetivas características em linhas muito gerais e não definidas.

Em segundo lugar atribui aos cuidadores informais direito a formação e capacitação e a apoio psicossocial, mas mais uma vez de modo muito genérico e pouco definido.

Reconhece ainda a todas as pessoas em situação de dependência o direito a apoio domiciliário, mesmo quando há um cuidador informal.

No entender da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria, este é o aspecto mais bem definido do Projecto e também o mais positivo, na medida em que acentua a ideia da complementaridade dos cuidados informais, característica que devia ser expressamente afirmada.

Por outro lado, entendemos que o Projecto devia também afirmar de modo mais claro a responsabilidade do Estado na área dos cuidados às pessoas com dependência e a obrigação deste investir no desenvolvimento da rede pública de cuidados formais para dar resposta às necessidades das pessoas dependentes e respectivas famílias.

Neste sentido, o Projecto de Lei deveria prever o estabelecimento de um Programa de Desenvolvimento de Serviços e Equipamentos Sociais, financiado pelo Orçamento de Estado, e integrados na rede pública. Este Programa deverá ser apoiado na reformulação da Carta Social, com o objectivo de conhecer de modo aprofundado a situação presente.

Finalmente, a União dos Sindicatos do Distrito de Leiria entende que o projecto devia ocupar-se directamente das necessárias alterações ao Código do Trabalho – a fim de atribuir o direito a faltas, dispensas e licenças aos trabalhadores com responsabilidades familiares para com os seus ascendentes, quer sejam ou não cuidadores informais, a tempo inteiro ou a tempo parcial, bem como das alterações aos regimes do subsídio por assistência de terceira pessoa e do complemento por dependência.

Estas alterações deveriam ter em vista não apenas o aumento dos valores destas prestações de modo a serem compatíveis com as necessidades dos respetivos beneficiários, mas também uma reformulação que nomeadamente preveja a diferenciação das prestações tendo em conta o grau de dependência. Deveria ser prevista a articulação entre o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social para a atribuição do grau de dependência, sem prejuízo da avaliação da dependência dever ser feita por um profissional de saúde.

Em conclusão: A União dos Sindicatos do Distrito de Leiria concorda com a perspectiva deste Projecto de Lei, que evita a formalização do estatuto do cuidador informal e reforça o seu papel de complementaridade relativamente aos serviços formais nos cuidados às pessoas com dependência, mas considera que este deveria debruçar-se mais sobre o papel e a responsabilidade do Estado pelos cuidados a prestar.

14 de Junho de 2018